



Os Paços do Concelho de Lousada no contexto da Cultura, das Artes e da Arquitetura na Época da I República

Carlos Manuel Ferreira Caetano*

Palavras-chave

História da Arquitetura Portuguesa; Arquitetura Concelhia; Paços do Concelho; Municipalismo; Republicanismo em Portugal

Keywords

History of the Portuguese architecture; District council Architecture; Town Hall; Municipalism; Republicanism in Portugal

Resumo

Os modernos paços do concelho de Lousada foram construídos em 1913 no mesmo sítio da velha casa da câmara. O edifício proporciona um excelente exemplo de um gosto neo-renascença muito cosmopolita, de matriz francesa, tal como codificado pela mais famosa escola de arquitetura da época, a École des Beaux-Arts de Paris, no quadro do ecletismo próprio da arquitetura oitocentista. Deve dizer-se que a opção estética das autoridades concelhias de Lousada que o mandaram construir, muito atualizada, estava em plena consonância com o gosto dominante dos homens da III República Francesa, que tanto influenciaram, em tudo, os seus irmãos republicanos portugueses. Com efeito, apesar da sua pequena escala, os paços do concelho de Lousada – e em particular, a sua fachada principal – parece concentrarem em si a gravitas e a dignitas que associamos à República ideal e à sua ética e à sua praxis, viril, imaculada, justa e perfeita.

Abstract

The modern town hall of Lousada was built in 1913 on the same site of the old town house. The building provides an excellent example of a very cosmopolitan neo-renaissance taste, of French matrix, as codified by the most famous architecture school of the time, the École des Beaux-Arts of Paris, in the eclecticism framework of the nineteenth century architecture. It must be said that the aesthetic choice of the municipal authorities of Lousada, who had it built, was very updated. It was fully consistent with the dominant taste of the French Third Republic men, who influenced, in everything, his Portuguese republican brothers a lot. Indeed, despite its small scale, the town hall of Lousada - and in particular, its main façade - seems to concentrate in itself the gravitas and the dignitas that we associate with the ideal Republic and its ethics and its praxis, virile, immaculate, fair and perfect.

* Doutor em História da Arte Moderna pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde defendeu a dissertação "As casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)". Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O Antigo Regime deixou-nos uma densíssima rede de concelhos de origem medieval, todos eles servidos pela respetiva casa do concelho, tradicionalmente conhecida como *casa da câmara* e, apenas no Minho e no Douro Litoral, conhecida também como *foral* ou *casa do foral*. A tipologia arquitetónica “casa da câmara” remontava ao século XIV, era muito simples e decorria das suas importantíssimas funções de abrigar, *sob um mesmo telhado*, os atos judiciais, que tinham lugar na sala (assim transformada em *sala de audiências*); de acolher as reuniões das vereações na câmara da casa do concelho (assim transformada em *câmara das vereações*) e, enfim, de deter os presos (julgados e condenados na sala do piso nobre) no piso térreo da casa, assim transformado em cadeia ou em *enxovia*. Como se sabe, foi do nome da pequena e muito reservada divisão do piso nobre onde se reuniam os vereadores – a *câmara* – que derivou a designação mais popular da instituição concelhia: a Câmara, designada de “Municipal” apenas desde o século XIX.

As velhas casas da câmara eram uma realidade concelhia nacional e, enquanto sede do poder concelhio, sobreviveram naturalmente à queda do Antigo Regime. Assim, na casa da câmara de

Lousada tiveram lugar, a 29 de maio de 1836, as primeiras “eleições autárquicas”, nos termos impostos pelo Liberalismo, nas quais se votava a lista das três personalidades locais a comunicar ao Governador Civil do Porto, que delas escolheria uma para desempenhar o cargo de *Administrador do Concelho*, cargo então recém-criado (tal como o de *Governador Civil* e o da figura político-administrativa de *Distrito*) e cuja função essencial seria a de ser um agente do Poder Central em cada Concelho. Como era natural, aquelas eleições pioneiras, de que nos chegou a “Ata da Eleição das pessoas que devem compor a Lista tríplice para escolha de Administrador do Concelho de Lousada”, tiveram lugar “na Casa da Câmara Municipal deste Concelho” de Lousada¹.

A renovação do Poder Local imposta pelo Liberalismo, que implicou deslocções de “cabeças de concelho”, fusões e sobretudo a extinção de cerca de dois terços dos velhos concelhos de origem medieval, no âmbito do doloroso, conflituoso e complicadíssimo processo de “arredondamento dos concelhos”, passou também pelo restauro, ampliação e mesmo reconstrução das velhas casas da câmara, por vezes muito antigas, pequenas e mal conservadas. Como não podia deixar de ser, aquela renovação

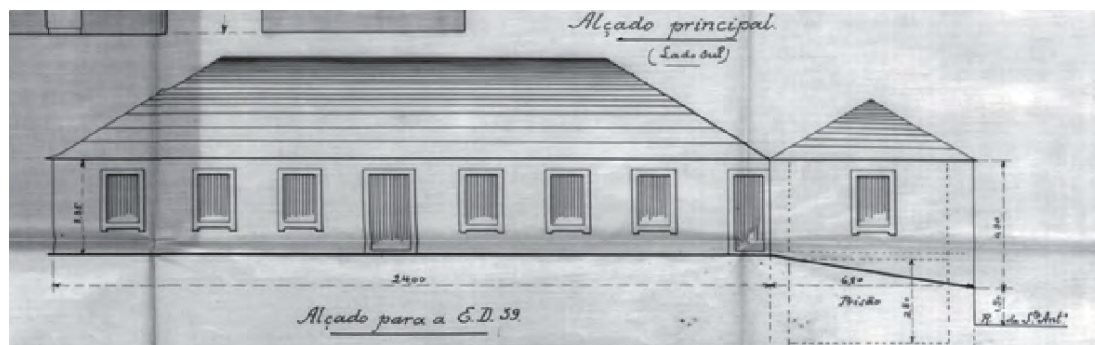


Figura 1. “Alçado principal (Lado Sul), “Edifício atual dos Paços do Concelho de Lousada”: planta datada do Porto, 20/1.[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida.

¹ “Ata da Eleição das pessoas que devem compor a Lista tríplice para escolha de Administrador do Concelho de Lousada”, Lousada, 29-5-1836, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M. Note-se que meses antes, a 6-2-1836, também “na Casa e Paços da Câmara deste Concelho de Meinedo” se procedera a eleições semelhantes: Ata eleitoral de Meinedo, Meinedo, 6-2-1836, *Idem*. Em Lousada, as eleições seguintes, realizadas a 16-12-1838, tiveram igualmente lugar “na Casa das Sessões da Câmara Municipal deste Concelho da Lousada”: ver a “Ata do apuramento dos votos dos dois círculos de Silvares e Sanfins do Torno na eleição do Administrador deste Concelho de Lousada” Lousada, 16-12-1838, *Idem*.

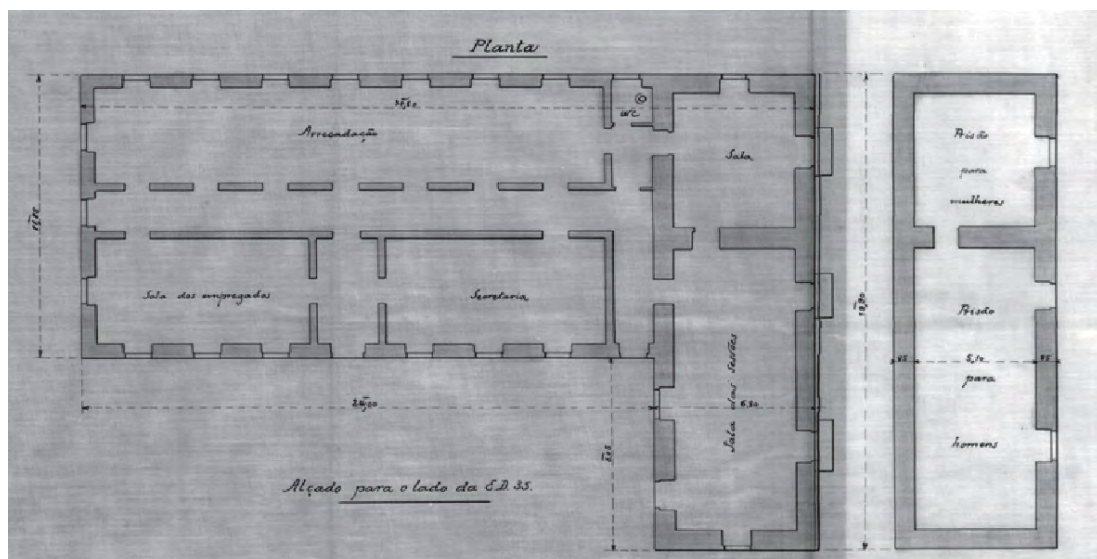


Figura 2. “Planta” - “Edifício atual dos Paços do Concelho de Lousada”: planta datada do Porto, 20/1.ª[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida.

passou também pela construção de raiz de amplos, salubres e moderníssimos *paços do concelho*, a designação medieval da casa do concelho que o Liberalismo pôs em voga e que chegou até nós.

Os paços do concelho construídos ou reformados na Época Liberal e na Época da I República respeitaram quase sempre a tipologia que remontava à Idade Média, assente na trilogia *sala de audiência, câmara das vereações e cadeia* dos presos. Assim, a antiga casa da câmara de Lousada, que chegaria aos princípios do século XX, ainda respeitava plenamente aquela tipologia tão antiga. Em 1842, as autoridades concelhias “representavam” à Rainha D. Maria II que a sua “Casa da Municipalidade é suficientemente

espaçosa e foi há pouco mobiliada [sic] com
asseio [...] e é hoje a sede do Tribunal do
Julgado da cabeça da Comarca de Lousada”²
Com efeito, a casa da câmara de Lousada,
detinha no seu piso nobre, entre outras divisões
meramente utilitárias, uma “sala das sessões”,
contígua a uma “sala”, cujas funções iniciais
foram respetivamente as de *sala de audiências e*
de câmara das vereações do Concelho de Lousada,
funções que conservaram até à construção em
1878 do antigo tribunal vizinho. A comprová-
lo estava a “prisão para homens” e a contígua
“prisão para mulheres”, localizadas – em Lousada
como na generalidade das velhas casas da câmara
portuguesas – diretamente sob aqueles dois
espaços do piso nobre, todos eles voltados para

2 *Representação* da Câmara do Concelho de Lousada, de 22-1-1842, pedindo “para a Vila do Torrão, cabeça do Concelho, o título de Vila de Lousada”, pois “esta povoação acha-se em circunstância de sustentar nobremente o título de Vila. A casaria, formando uma extensa Rua, é bem construída e de boa aparência. A Casa da Municipalidade é suficientemente espaçosa e foi há pouco mobiliada [sic] com asseio [...] e é hoje a sede do Tribunal do Julgado da cabeça da Comarca de Lousada, na qual não há povoação alguma com o título de Vila”; Lousada, 22-1-1842. O assunto desta *Representação* envolveu as maiores autoridades político-administrativas da época, a começar pelo próprio Costa Cabral, enquanto Ministro do Reino. Com efeito, a *Representação* é acompanhada de um *Ofício* do Administrador Geral do Distrito do Porto dirigido ao Ministro do Reino, António Bernardo da Costa Cabral, considerando “atendível a representação da Câmara por ter sido concedida já igual graça a outras povoações menos importantes do que a do Torrão”, Porto, 29-5-1842. Os documentos anteriores vêm finalmente acompanhados de *cópia* do *Ofício* do Administrador do Concelho de Lousada ao Administrador Geral Interino do Distrito do Porto (de Lousada, 16-3-1842), enviando a este último a *Representação* da Câmara, cujos argumentos apoia, considerando que “a grande povoação do Torrão [...] parece estar nas circunstâncias de ser elevada à categoria de Vila de Lousada”; Porto, 29-3-1842: ver ANTT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1992/Q (Caixa 3).

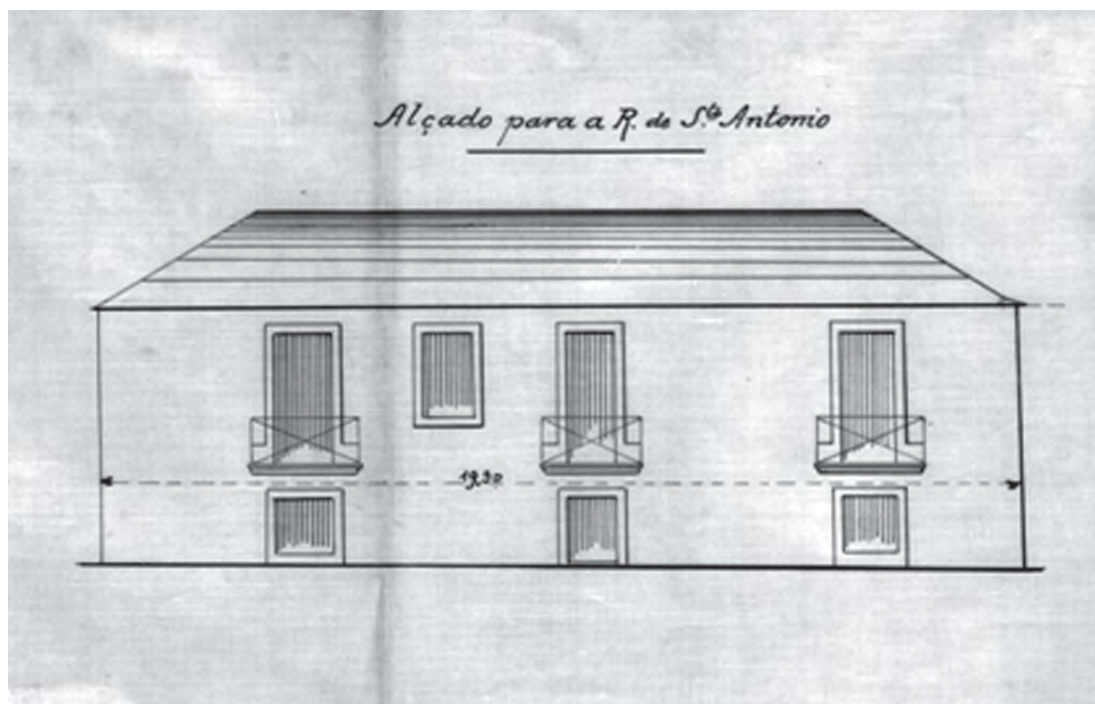


Figura 3. “Alçado para a R. de S.to António” - “Edifício atual dos Paços do Concelho de Lousada”: planta datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida.

a antiga Rua de Santo António³. Como se vê, a cadeia concelhia de Lousada, localizada no piso térreo da casa da câmara, contemplava já uma cela privativa para as mulheres, o que era comum dada a conflitualidade muito intensa das sociedades tradicionais.

A velha casa da câmara de Lousada, certamente acanhada e antiquada, era estilística e decorativamente muito desinvestida, para não dizer pobre, a ter em conta a sua velha fachada principal, constante do “Alçado para a R. de S.to António, desprovida de quaisquer ornatos ou mesmo do brasão real, que desde a Idade Média tinha presença obrigatória nas fachadas de qualquer casa do concelho portuguesa. Para lá destas características do tão modesto edifício, que ofendiam certamente o brio cívico das populações e em particular o das autoridades concelhias dos princípios do século XX, a verdade

é que a velha casa da câmara deve ter-se tornado muito insalubre devido à presença das cadeias, muito inóspitas, pois eram parcialmente cavadas no solo e cujas terríveis condições higiénicas facilmente se intuem. Assim, acompanhando o que se verificava um pouco por todo o país, as autoridades concelhias decidiram pela demolição do histórico edifício, na impossibilidade prática de qualquer hipótese de melhoramento ou de restauro do mesmo.

Coube já às autoridades republicanas a decisão da construção da nova casa da câmara de Lousada, doravante designada de “Paços do Concelho”, como por toda a parte. O projeto dos novos Paços do Concelho de Lousada é datado do Porto, do dia 20 de janeiro (?) de 1913, assinado por A. Sanches⁴, mas não foi executado na sua integralidade. Porém, quer o edifício projetado quer o edifício efetivamente

³ Ver a “Planta” in “Edifício atual dos Paços do Concelho de Lousada”, datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, depositada no fundo “Governo Civil do Porto”, no Arquivo Distrital do Porto. Agradeço a disponibilização desta tão valiosa planta e das demais ilustrações deste trabalho, todas elas provenientes da mesma fonte, ao Dr. Cristiano Cardoso.

⁴ Por informação do Dr. Cristiano Cardoso, sabemos que no *Jornal de Lousada* de 12 de maio de 1912 surge uma notícia que dá conta da presença em Lousada do Arq. António Sanches, auxiliado por João Ribeiro da Silva, para a elaboração da planta do novo edifício dos Paços do Concelho, ao qual, segundo a mesma fonte, viria a ser acrescentado mais um piso.

construído são dignos da maior consideração e suscitam as maiores reflexões sobre a arquitetura de tutela concelhia do longo período de quase cem anos que vai da instauração do Liberalismo à queda da I República, a 28 de maio de 1926. Com efeito, as autoridades de Lousada, no momento da construção dos seus modernos Paços do Concelho, tinham à sua escolha uma série de modelos arquitetónicos e estéticos, alguns muito consensuais e de presença esmagadora ao longo do país, face a outros de nítido perfil alternativo e mesmo aventureirista e portanto de presença largamente minoritária entre nós. Vejamos, muito resumidamente, as alternativas de que dispunham os autarcas das primeiras vereações republicanas de Lousada.

Sabemos que em contexto de renovação do Poder Local, a maioria dos Paços do Concelho construídos nos cem anos que se sucederam à implantação do Liberalismo, em 1833-34, se ateve a modelos arquitetónicos que também vinham do Antigo Regime, quase todos eles de nítida inspiração neo-clássica, e que tinham o seu exemplo cimeiro na monumental casa da câmara da vizinha cidade nova de Penafiel, datada de 1782 – a *maior* casa da câmara construída no Reino antes de 1833/1834. Assim, maiores ou mais pequenos, de traçado mais ou menos erudito, de desenho mais elaborado ou mais ingénuo, a esmagadora maioria dos Paços do Concelho erguidos na Época Liberal e na época da I República inspiram-se e filiam-se direta e mais ou menos rigorosamente nos modelos arquitetónicos do Neo-Classicismo. Destes valores decorre a sua composição arquitetónica

global, a sua volumetria compacta, massiva e rigorosamente simétrica, deixando entrever uma organização espacial muito regular, apesar da infinita variedade que se possa registar quanto à efetiva organização das diversas componentes e à declinação concreta dos elementos arquitetónicos típicos daquela linguagem neo-clássica, desde a presença, obrigatória ou facultativa, de envasamentos, passando pelos jogos de pilastras e de colunas ou pela presença de bandas, frisos, cornijas, platibandas ou balaustradas, até aos tão típicos coroamentos cimeiros das respetivas fachadas principais, com ou sem frontão, com empena triangular, redonda, recortada ou mais ou menos barroquizante⁵...

Numa paisagem arquitetónica concelhia em que dominava o gosto Neo-Clássico, os autarcas de Lousada de 1913 tinham modelos alternativos à escolha, proporcionados pelos *revivalismos* que dominaram toda a arquitetura do século XIX e de começos do século XX, no contexto do *ecletismo de gosto* típico do Romantismo e do Tardo-Romantismo. Com efeito, aqueles revivalismos proporcionaram uma revisão intensiva de tipos, modelos, formas e ornatos dos principais estilos do passado, internacionais e nacionais. Assim, no quadro das variantes estilísticas disponíveis – e ao abrigo do citado *ecletismo* – as autoridades concelhias republicanas de Lousada poderiam ter optado pelo *Neo-Gótico* que, apesar de raro em Portugal, influenciou, por vezes de uma forma bem paradoxal, alguns Paços do Concelho nomeadamente na região de Coimbra, Aveiro e Viseu⁶. Outro modelo, em voga num momento histórico cronologicamente algo posterior, era

⁵ Sem nenhuma preocupação de exaustividade nem de ordenação cronológica, diga-se apenas que excelentes exemplos de Paços do Concelho construídos num gosto Neo-Clássico mais ou menos puro são dados pelos de Angra do Heroísmo ou de Vila Nova de Foz Coa; pelos de Albergaria a Velha e de Alcácer do Sal; pelos de Coimbra e de Viseu, ou pelos de Estarreja, Gondomar, Vila Nova de Cerveira ou de Vimioso e Vinhais.

⁶ São muito raros os Paços do Concelho portugueses de gosto *neo-gótico*, todos eles aparentemente datáveis de momentos muito avançados do século XIX. Assim, recenseiam-se os de Águeda (casarão enorme e desgracioso, hoje demolido, em que se destacavam as típicas janelas com vãos vencidos por arcos quebrados, em “ogiva”, ao gosto romântico;) e os de Tabuaço ou os de Belmonte, típicos blocos neoclássicos onde se enxertam janelas com vãos apontados. Mais importantes são os Paços do Concelho de Montemor o Velho, cujas aberturas são vencidas com arcos de volta inteira e não por arcos quebrados, mas cuja fachada principal detém uma composição singularmente articulada, em que um corpo central esguio de três andares é flanqueado por três tramos de cada lado (todos de dois andares), definidos por colonelos esguios de típica secção poligonal, todos eles travados por coruchéus de forma piramidal. Enfim, esta tão singular fachada é coroada por uma platibanda constituída por motivos decorativos geométricos. Muito estilizados, estes motivos recortados produzem um surpreendente efeito de rendilhado goticizante.

proporcionado pelo gosto *Neo-Manuelino*, que inspirou os dois importantes Paços do Concelho de Soure e de Sintra, estes de 1908 e devidos a Adães Bermudes (1864-1948), o autor da Escola de Lousada, construída por essa mesma altura ao abrigo e à imagem da famosa tipologia de *escola primária* criada e imposta pelo famoso arquiteto, inspirado na melhor arquitetura escolar francesa da época. Mais rara ainda, a seu tempo estaria disponível uma última opção revivalista, agora de inspiração ou de vinculação explicitamente *Neo-Românica*, que efetivamente teve uma presença muito intensa nas igrejas construídas um pouco por toda a parte no período que vai do fim do século XIX até às duas ou três primeiras décadas do século XX, ao serviço da reevangelização de camadas cada vez maiores de gente recentemente urbanizada, socialmente desenraizada e crescentemente descristianizada, que se concentrava nos arredores cada vez mais inóspitos e populosos das velhas cidades e dos novos pólos urbanos, cada vez mais intensivamente industrializados. Ora, apesar de muito raro na arquitetura civil portuguesa, uma obra-prima absoluta do *Neo-Românico* português é proporcionada pelo extraordinário edifício dos novos paços do concelho de Trancoso, de c. 1914.

São diversas, complexas e até contraditórias as origens destas tão desencontradas tendências estilísticas e de gosto. No entanto, a influência francesa prevalece sobre todas as outras, pois da França vinham de há muito os modelos ideológicos, institucionais, administrativos e *culturais* dominantes, que de algum modo ajudaram a modelar o melhor da conturbada experiência liberal portuguesa e, a seu tempo, a aventura política republicana. Assim, da França vinham também os modelos e as modas artísticas e, em particular, as modas arquitetónicas. Para percebermos a decisão tomada pelas autoridades concelhias republicanas de Lousada no momento da escolha de um modelo estilístico a seguir na reconstrução dos seus Paços do Concelho, temos que considerar que os modelos eruditos então disponíveis bem como as modas arquitetónicas e em particular o eclético gosto dominante

eram gerados, validados e difundidos a partir da *École des Beaux-Arts* de Paris, onde estava sediada a mais importante e mais influente escola de arquitetura de todo o século XIX. Da *École* irradiavam novas tipologias, novos modelos arquitetónicos e urbanísticos, novas tecnologias construtivas e, paralelamente, novas modas e tiques estéticos que, no seu conjunto e na sua articulação singularmente feliz e eficiente, conduziram ao triunfo universal de uma *práxis* e de um gosto de matriz parisiense, marcado pelo ecletismo academizante. Este materializava-se em opções estéticas pomposamente revivalistas e historicistas, mas de que emergiram duas variantes largamente dominantes, de intensa e assumida filiação *Neo-Barroca* e, posteriormente, *Neo-Renasença*. Independentemente da variante historicista escolhida, por vezes de cunho nacional ou até regional, as opções estéticas tomadas, no quadro do ecletismo dominante, eram sempre defendidas por uma qualidade construtiva inexcedível e com uma bravura, um brio e mesmo um *panache* arquitetónico únicos, sempre do maior efeito urbano. Facilmente se percebe que o brilhantismo técnico e estético da arquitetura francesa ou afrancesada depressa ganhou, em Portugal como por toda a parte, o aplauso incondicional da compósita e desunida família burguesa e a adesão em massa das progressivas e ascendentes camadas sociais, sempre em aumento, formadas pelos diversos segmentos das classes médias e da pequena burguesia urbana. Ora, em termos arquitetónicos, os sinais do ecletismo pomposo e retórico da *École des Beaux-Arts*, nas suas vertentes dominantes situadas no território ambíguo algures entre o Neo-Barroco e a Neo-Renasença, notam-se em vários e importantes paços do concelho construídos em Portugal um pouco antes e um pouco depois do 5 de Outubro. Em Portugal, os exemplos cimeiros destes modos cosmopolitas de projetar e de construir são proporcionados pelos casos excecionais e cronologicamente extremos dos monumentais paços do concelho de Lisboa,

reconstruídos depois do incêndio da casa da câmara pombalina, em 1863, e os do Porto, estes inaugurados já no fim dos anos 20 do século XX⁷.

E os Paços do Concelho de Lousada? Deve dizer-se que as vereações republicanas, no momento de opção por um dos modelos estéticos disponíveis, acabados de recensear, optaram, num gesto simultânea e paradoxalmente ousado e tímido, por um edifício que, por um lado, emparceirasse com o gosto comum e dominante na comunidade urbana que serviam, isto é, por um edifício que fosse formal e estilisticamente reconhecível e familiar aos moradores. Por outro lado, as autoridades quiseram que os paços do concelho a construir se destacassem frontal e explicitamente destes mesmos modelos mediante o recurso a uma linguagem muito atualizada, de origem francamente cosmopolita e que, além disso, fosse também carregada de valores representativos e simbólicos. Assim, pela via da linguagem arquitetónica e pelo seu “significado” específico, o edifício a construir aproximava-se e, simultaneamente, afastava-se de todos os outros edifícios e de todas as casas da comunidade urbana a que passaria a pertencer e a servir.

Apesar de o local de implantação ser muito ingrato, num sítio de inclinação muito acentuada, os novos Paços do Concelho de Lousada, cujo projeto data de 1913, ocupam a mesma implantação da velha casa da câmara local. A ter em conta o projeto de 1913, têm, porém, inegáveis pretensões arquitetónicas e urbanas. Trata-se de um edifício sobradado, de dois andares, de planta retangular, regular embora muito alongada. De acordo com o “Corte longitudinal” constante do projeto de 1913, a implantação do edifício, de dois andares, exigiu a escavação integral do piso térreo do edifício, que passaria a ter a mesma altura em todas as suas divisões. O rebaixo correspondente às antigas cadeias, do lado do Largo do Pelourinho, ficará simplesmente vazado, dando lugar a uma higiénica “caixa d’ar”.

Por estar assente num sítio muito inclinado, todas as suas fachadas apresentavam desenhos desiguais, embora as fachadas laterais fossem, mesmo assim, muito parecidas. São, porém, francamente diferentes as suas fachadas anterior (do lado da Avenida) e a sua fachada posterior (do lado do Largo do Pelourinho), muito desiguais entre si em número de andares e em estilo e em pretensões arquitetónicas. Ao contrário da casa da câmara antiga – cujo acesso se fazia, como na generalidade das antigas casas da câmara portuguesas, por apenas uma porta, o novo edifício dos paços de concelho de Lousada contava com duas entradas, uma na fachada principal, no topo da escadaria que nobilitava o acesso ao piso nobre do edifício, e outra secundária, na fachada lateral correspondente ao “Alçado lateral sul” do Projeto, isto é, do lado do Tribunal antigo.

A comunicação interna entre os dois pisos, térreo e nobre, fazia-se mediante uma escada interior, certamente de madeira, de dois lances de direções opostas, entremeados por três ou quatro degraus dispostos em leque, à semelhança do que se fazia então profusamente na arquitetura residencial da época. Tal como nessa mesma arquitetura residencial, a comunicação e a circulação interior far-se-ia, nomeadamente no piso nobre, através de um importante corredor central, para o qual abriam as salas e gabinetes dispostos lateralmente e que teria no seu centro a caixa da escada de acesso ao piso térreo. Não conhecemos a distribuição nem as dimensões exatas dos espaços interiores existentes nos dois pisos, nem sequer todas as funções que se previa que o edifício abrigasse. Porém, é fácil de intuir que o piso térreo ocupasse, a par da cadeia concelhia, no seu lado Norte, repartições e espaços de guarda e conservação de bens da câmara de toda a natureza. O piso nobre - que já não abrigaria a sala de audiências, que passaram a ter lugar no Tribunal Tardo-Oitocentista de

⁷ Este gosto *École des Beaux-Arts*, que seria tão do agrado da grande e diversificada família republicana, alastra por paços do concelho tão importantes como os da Figueira da Foz, Loures, Penacova, Alcochete, Sertã ou Vila Nova de Gaia, todos eles edificadas nas décadas que precedem ou se sucedem de perto ao 5 de Outubro de 1910.

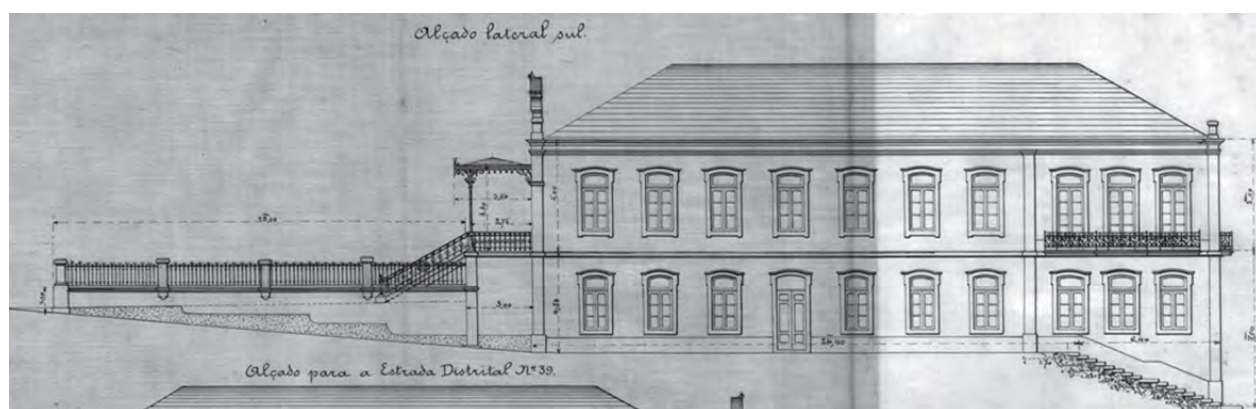


Figura 4. "Alçado lateral Sul" do projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

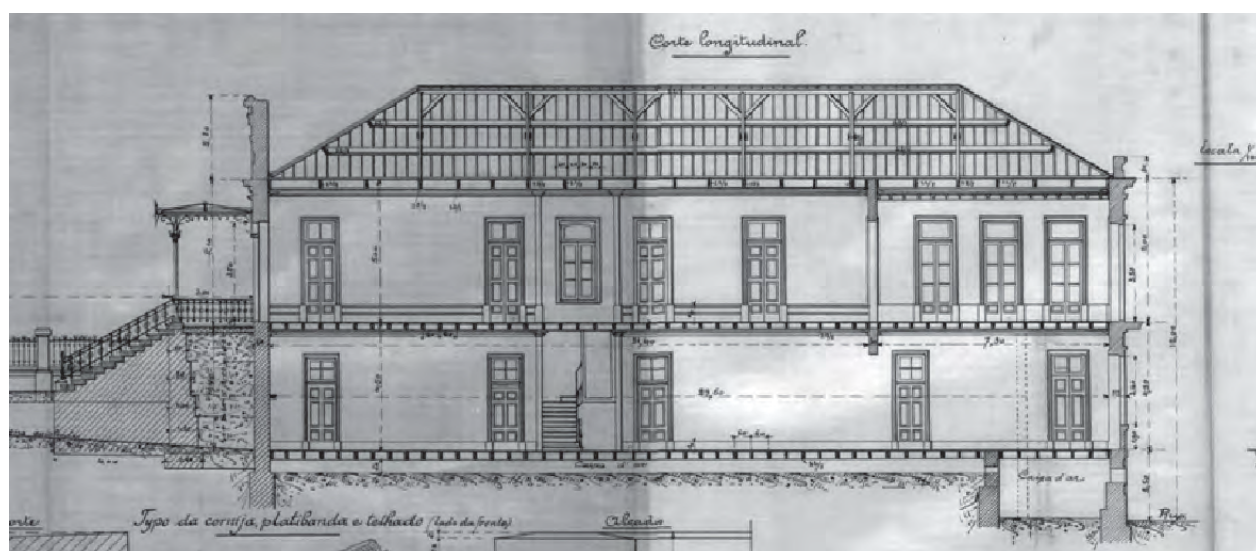


Figura 5. "Corte longitudinal" do projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

1878 – que abrigaria repartições e outras funções públicas necessárias à comunidade, abrigava naturalmente a câmara das vereações ou sala das sessões camarárias e, eventualmente, um salão nobre. Assim, no fim do corredor é fácil intuir, sempre como nas boas casas de habitação da época, a porta de acesso à sala principal do edifício, que certamente ocupava o espaço transversal correspondente a toda a fachada do Largo do Pelourinho. Desconhecemos as suas funções originais, que tanto podiam ser de sala de aula para rapazes, como repartição, gabinete do Administrador do Concelho ou, muito mais provavelmente, de sala das sessões ou mesmo de salão nobre do edifício. No entanto, a presença

desta sala grande, nitidamente destacada do resto do andar nobre, deixa entrever uma organização espacial muito cuidada e mesmo engenhosa desde piso, assim nitidamente dividido em duas componentes: corpo regularizado pelo corredor central e, por outro lado, pela sala grande e de aparato. Diga-se ainda que o primeiro corpo, a que se acede diretamente pela porta da fachada principal, é muito funcional e goza de uma organização muito racional e eficiente, polarizado em torno do vão central, que parece ter sido organizado transversalmente. Este vão central funciona assim como o centro geométrico e funcional do edifício, quer horizontalmente, regularizando o seu piso nobre, tanto na sua

dimensão longitudinal como transversal, quer ainda como eixo vertical, pois é mediante a escada nele implantada que os dois pisos do edifício se articulam, verticalmente, entre si.

Nada sabemos da decoração original destes interiores, que imaginamos tenham acolhido num grau maior ou menor as pompas decorativas próprias da arquitetura burguesa e pequeno-burguesa da época, com as suas paredes impecavelmente rebocadas e caiadas ou mesmo pintadas, pontuadas aqui e ali por ornatos pintados e sobretudo relevados, dados em estuque pelos competentes estucadores da região, assim trazendo até aos paços do concelho de Lousada os melhores frutos da sua arte e do seu ofício. Do mesmo modo, não sabemos que materiais foram usados na resolução das coberturas dos diversos espaços interiores. De qualquer modo, os autarcas, o construtor e os artesãos tinham à sua disposição excelente madeira para os forros ou a alternativa muito barata e vistosa do estuque, que estava na moda nessa época e que por isso era de uso intenso um pouco por toda a parte.

O desenho do “Corte longitudinal” deixa intuir a existência de generosos rodapés, particularmente no corredor do piso nobre, certamente de madeira, bem à moda local, então ainda muito arredada do uso do azulejo, mais próprio dos revestimentos na arquitetura do Sul. Apesar de as divisões parecerem algo generosas e algumas mesmo bastante vastas, como todas detinham um pé-direito muito generoso, todas elas apresentam um efeito de verticalidade muito intenso, francamente realçado pelo desenho muito esguio das portas, efeito reforçado ainda pela presença das generosas “bandeiras” superiores, tão típicas da arquitetura residencial da época.

Como em qualquer outro edifício, o verdadeiro “rosto” dos paços do concelho de Lousada é proporcionado pelas suas fachadas exteriores, todas diferentes entre si, como já vimos. Também já atrás deixámos referido que estas fachadas correspondem a dois modelos arquitetónicos diferentes, um singularmente aparatoso e representativo, a que se recorreu para

o projeto da fachada principal e outro, em seco estilo meramente funcional e “utilitário”, usado nas restantes três fachadas. Começemos por estas.

A fachada do Largo do Pelourinho, muito airosa, organiza-se como que em três andares, dos quais o primeiro desempenha as funções de envasamento ou mesmo de uma espécie de criptopórtico desta parte do edifício. Este piso de base é discretamente definido por três respiradouros da “caixa d’ar”, que já sabemos existir no interior do edifício, ocupando parcialmente os espaços escavados e afundados do que tinham sido as históricas cadeias concelhias de Lousada. Sobre este “criptopórtico” erguem-se os dois andares do edifício, assinalados pelas aberturas do piso térreo e do piso nobre e divididos, entre si, por uma barra horizontal, intensamente sublinhada pelo lançamento de uma sacada corrida muito projetada e muito vistosamente resguardada por uma grade de ferro forjado que, de acordo com o desenho do projeto, seria de desenho muito elaborado. Esta fachada é enquadrada por duas bandas verticais a jeito de pilastras sobrepostas, muito delgadas, que sustentam as molduras sobrepostas da cornija cimeira. Sobre esta projetou-se um *ático* de desenho convencional, muito comum na

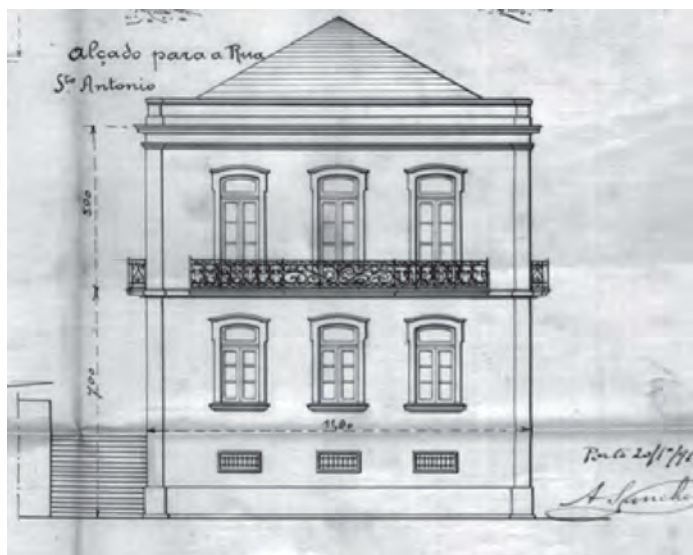


Figura 6. “Alçado para a R. S.º António”, projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

arquitetura urbana de matriz classicizante, mas que nunca seria construído. A par do ático, os elementos mais caracterizadores da fachada – que abria e abre para o Largo do Pelourinho e para o centro da vila – seriam as suas aberturas, em número de três por piso, naturalmente alinhadas entre si, num jogo muito simples de três janelas no piso térreo e de três portas-janela no piso nobre, abrindo estas para a sacada e alinhadas verticalmente pelas janelas do andar inferior. Estas aberturas, ladeadas por típicas ombreiras emolduradas por um motivo muito típico têm, porém, no lintel cimeiro tipicamente arqueado com um arco segmentado, então tão comum, o seu elemento mais caracterizador, proporcionando um motivo arquitetónico infinitamente replicado por toda a parte em portas e janelas de edifícios públicos e casas e casinhas da época.

Embora menos monumentais, as fachadas laterais são igualmente muito interessantes. São praticamente iguais, descontando o facto de na fachada correspondente ao “Alçado lateral sul”, do lado do Tribunal velho, se prever, como já vimos, a abertura de uma porta no piso térreo e a inserção adjacente de uma pequena escadaria de dois lances no passadiço contíguo, para vencer os desníveis do sítio de implantação. Organizadas em dois andares, apoiados num rodapé corrido, também elas são ladeadas por um jogo de delgadas pseudo-pilastras sobrepostas, sobre as quais se apoiam as molduras, também sobrepostas, da comprida cornija cimeira, à semelhança do que encontráramos na fachada do Largo do Pelourinho. Porém, estas duas fachadas laterais não contavam, a ter em conta os dados do projeto de 1913, com a coroação de nenhum ático, ao contrário do que se previa na fachada anterior. Muito assimétricas, estas fachadas são constituídas por dois corpos contíguos, separados por um novo jogo de pseudo-pilastras sobrepostas, o que proporciona fachadas muito interessantes pois, na sua assimetria, espelham rigorosamente a organização interna do edifício e, em particular, a do seu piso nobre. Com efeito, o corpo contíguo ao Lado do Pelourinho, composto por três aberturas por andar, com vistosa sacada corrida para as janelas de sacada

do piso nobre - iguais às que encontráramos na fachada do Largo Pelourinho, embora aqui não construída - distingue-se, pela sua composição e pela sua métrica, da organização e da composição global do outro corpo da mesma fachada, contíguo à fachada principal do edifício. Como vemos, o primeiro corpo, que integra três janelas em cada andar, corresponde à sala grande já referenciada, cujas funções exatas nos escapam. O corpo contíguo, constituído por sete aberturas em cada um dos pisos, é rigorosamente simétrico, organizando-se em torno do eixo de simetria composto pelas aberturas centrais, das quais a abertura do piso térreo é, na fachada correspondente ao “Alçado lateral sul”, constituída pela única porta de acesso ao piso térreo do edifício. Deve referir-se que o ritmo de implantação das três janelas que compõem o corpo Leste é mais cerrado que o das sete que compõem o corpo Oeste, o que empresta algum dinamismo às fachadas laterais do edifício.

Apesar de ser a mais pequena, pois devido ao acidentado do terreno detém apenas um andar, a “Frente principal” do edifício é, mesmo assim, a mais importante e a mais sofisticada arquitetonicamente. Esta fachada é precedida por um corpo maciço fronteiro que lhe proporciona



Figura 7. “Frente principal”; projeto dos novos paços do Concelho de Lousada; prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

uma ampla varanda, lançada a toda a largura da mesma, franqueada por uma pequena escadaria nobre de apenas um lance. Sobre a varanda ergue-se um rodapé de base e, nos extremos laterais, duas barras verticais apilastradas enquadram a fachada e sustentam as molduras da cornija, sobre a qual se ergue um aparatoso ático, de desenho muito recortado, adiante descrito.

Tal como a fachada da velha Rua de Santo António, a fachada principal é constituída por três aberturas no seu único andar, a porta principal dos paços do concelho, que dão acesso direto ao piso nobre do edifício, ladeada por duas janelas com a mesma configuração. As molduras das ombreiras laterais, de desenho muito simples, sustentam um típico arco abatido que serve de lintel às três aberturas. Estes lintéis arqueados das três aberturas estão inesperadamente ligados entre si por uma moldura horizontal que atravessa toda a fachada, de nítida referência medievalizante e que contribui para acentuar a massividade e a horizontalidade dominante da fachada, impressão muito acentuada com a tão característica cornija e pelo complexo ático que remata a fachada.

A cornija, de desenho correto, surpreende pela presença inesperada da típica espécie de mísulas, distribuídas contínua e regularmente ao longo de toda a sua extensão, contribuindo sem dúvida para a animação da fachada. Porém, o elemento mais relevante desta é sem dúvida o ático, extremamente recortado e complexo, debruado superiormente por uma moldura lisa que sublinha praticamente todas as suas componentes. Com efeito, desenvolve-se em três frontões, dois laterais e um, muito maior, central, todos eles rematando ou encimando uma espécie de cartelas alongadas horizontalmente e de desenho arredondado. Na cartela central, muito desenvolvida e de configuração mais complexa, pois o seu recorte acompanha a inclinação do frontão central e a implantação do brasão com o escudo nacional, lê-se “PAÇOS DO CONCELHO”, em letra de tipo muito geometrizado e moderno. Deve notar-se, porém, que o brasão com o escudo nacional, de formato

circular, é muito pequeno, pelo que não só quase não tem leitura como quase passa despercebido, como um mero ornato, no meio da aparatosa composição geral da fachada.

Os pequenos frontões laterais triangulares arrancam dos rebordos côncavos que emergem do topo retilíneo do ático. O frontão central, mais alto e mais vasto que os laterais, é também muito mais complexo. Os rebordos laterais do frontão, que conservam a inclinação clássica, encurvam-se, porém para criarem o suporte a um micro-entablamento que sustenta, por sua vez, um micro-frontão curvilíneo de desenho de típica filiação parisiense, em pleno curso na época da III República francesa.

De acordo com o desenho do projeto de 1913, a varanda da fachada seria coberta por um aparatoso alpendre, apostado à fachada que vimos descrevendo, apoiado em quatro colunas de ferro fundido. A cobertura, de quatro águas e surpreendentemente muito pouco inclinada, certamente para não tapar a vista do entablamento, era rematada por vistosos ornatos, certamente também em ferro fundido e de recorte muito típico, profusamente utilizados na época republicana em coretos, gares, mercados, varandas e coberturas de pavilhões de todo o tipo.

A utilização deste material tão inovador para suportar a projetada (embora não construída) cobertura da varanda dos paços do concelho de Lousada suscita uma última singularidade deste edifício, tal como projetado em 1913. Com efeito, o acesso à escadaria da sua fachada principal é resguardado por um muito surpreendente murete que circunda uma espécie de adro ou pátio privativo do edifício. De acordo com o projeto, o muro, de alvenaria, seria corrido e muito baixo, sendo encimado por uma grade de ferro sustentada por pilaretes, provavelmente de pedra, dispostos regularmente. No sítio adequado, provavelmente no alinhamento com a escadaria nobre, o murete dava lugar a um portão de varões de ferro, de desenho singularmente modesto e decorativamente pobre.

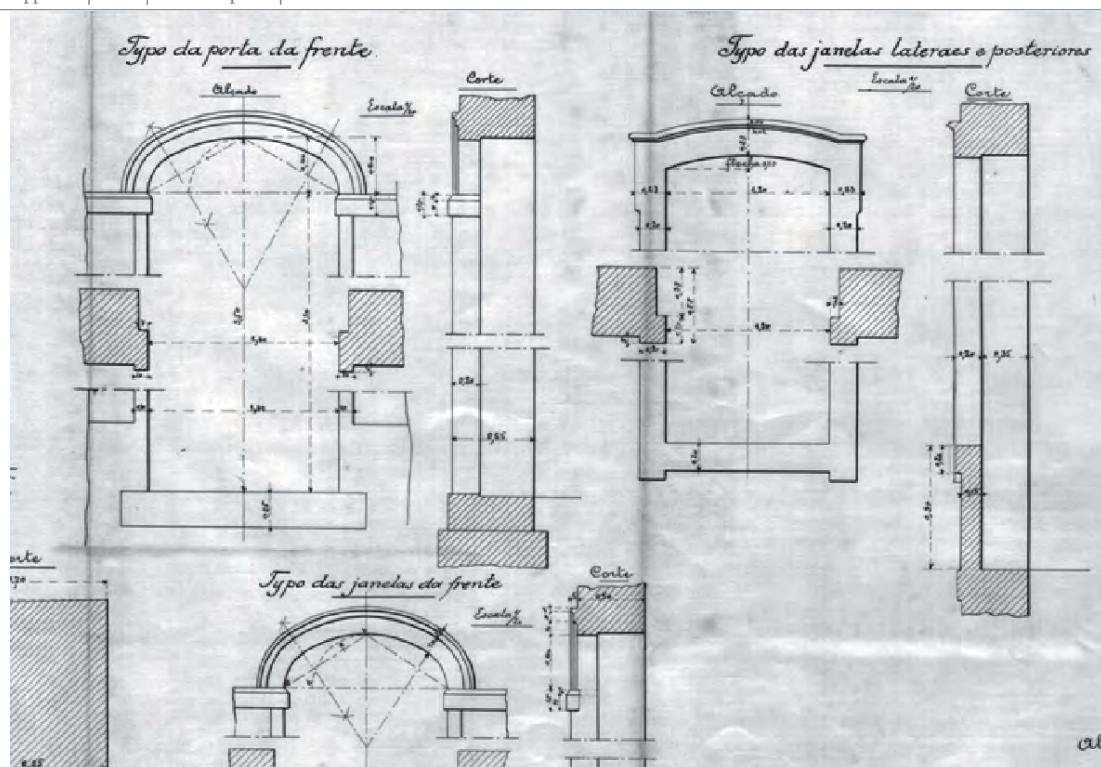


Figura 8. “Tipo da porta da frente”, “Tipo das janelas da frente” e “Tipo das janelas laterais e posteriores”, projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

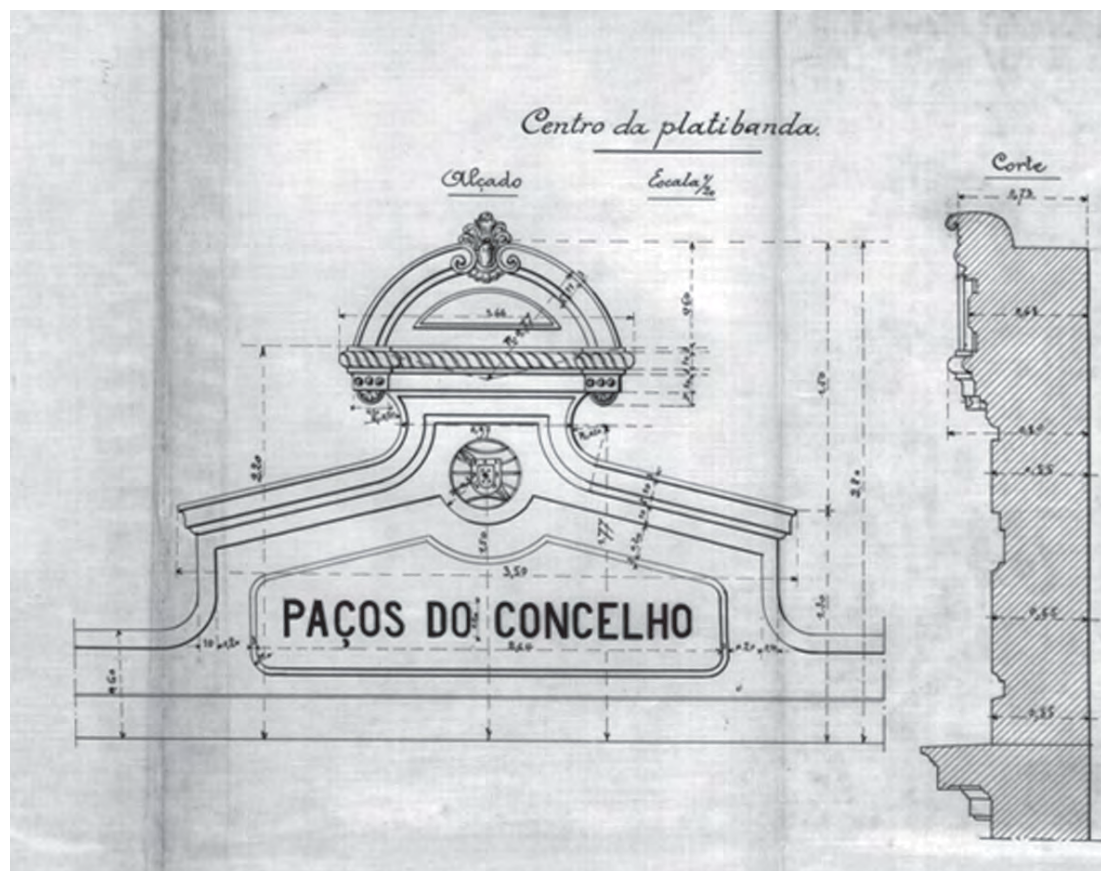


Figura 9. “Centro da platibanda”; projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

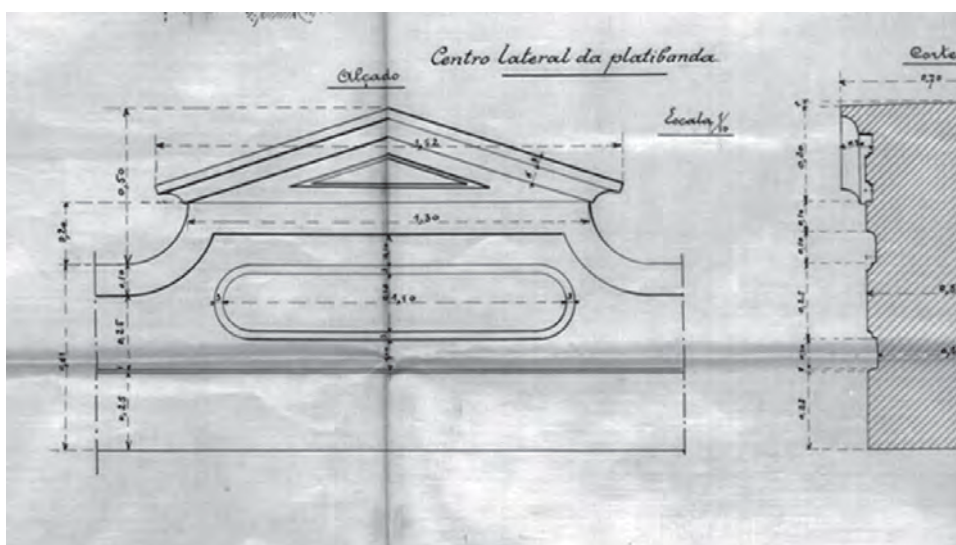


Figura 10. "Centro lateral da platibanda"; projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

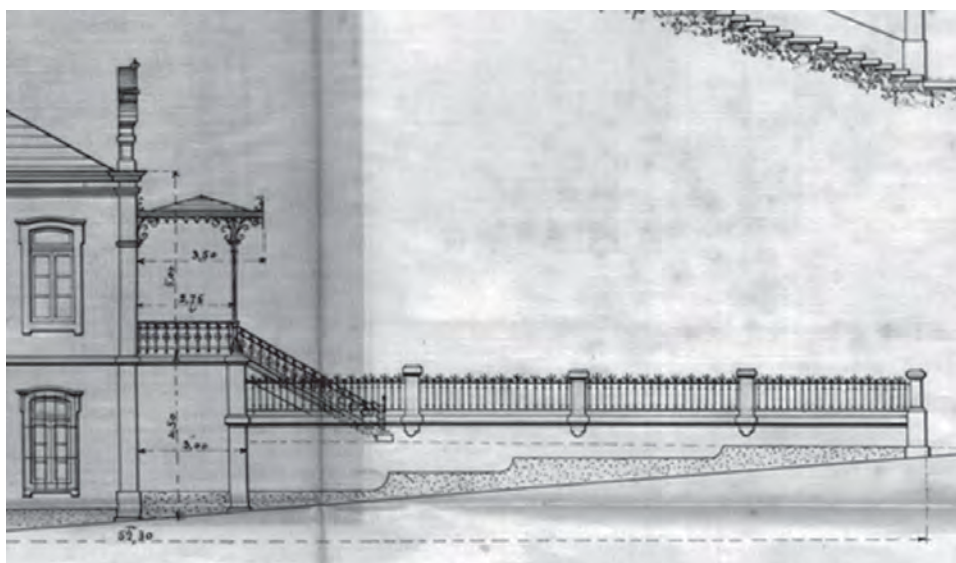


Figura 11. "Alçado para a Estrada Distrital N.º 39"; projeto dos novos paços do Concelho de Lousada: prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

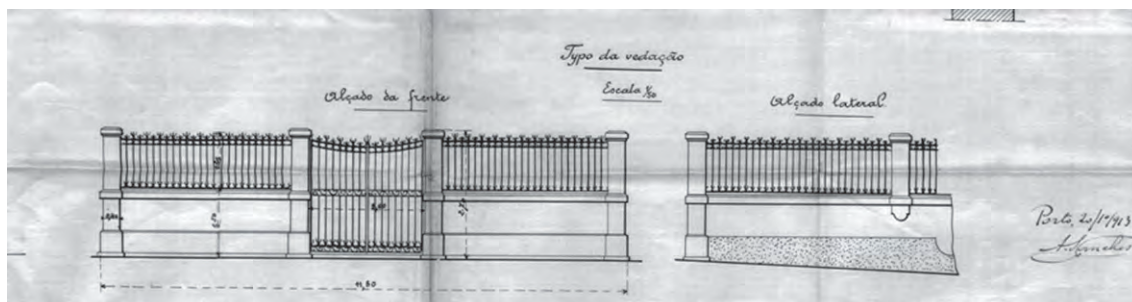


Figura 12. "Tipo da vedação": projeto dos novos paços do Concelho de Lousada.

Não cabendo aqui historiar as fases e as peripécias da construção dos paços do concelho de Lousada, recentemente estudadas⁸, diga-se que o edifício efetivamente construído, em grande parte segundo o projeto de 1913 que vimos referindo, é bem digno de consideração enquanto monumento maior do concelho. Com efeito, a sua construção, *naquele* lugar e no respeito por *aquele* projeto, resulta da conjugação de pulsões contraditórias e francamente contrastantes, em que se entrecruzam vetores conservadores face a outros francamente vanguardistas. Com efeito, o novo edifício dos paços do concelho, em pleno respeito pelos dados tradicionais, resulta de um projeto de assumida e manifesta *continuidade* com o passado, quer a nível da implantação quer a nível da tipologia. Porém, ao nível da linguagem arquitetónica usada, nomeadamente na sua fachada principal, o edifício aponta para uma grande *atualização* estilística, manifestada na sua perfeita consonância com o que poderíamos designar de gosto oficial republicano, de nítida inspiração francesa.

Assim, merece a maior consideração a muito significativa conservação do sítio da antiga casa da câmara para a construção do novo edifício, apesar de todas as dificuldades que o relevo ingrato do mesmo ocasionava. Esta implantação urbana, tão difícil, mostra-nos que as vereações republicanas que os mandaram construir optaram por manter a velha localização, conhecida e reconhecida de todos, num sítio quase periférico da então pequena vila. Com esta decisão os autarcas da época deram provas de grande sagacidade e bom senso. Por um lado, entenderam, e muito bem, que o urbanismo, ou melhor, a implantação urbana das grandes funções coletivas seja elas concelhias, estatais ou eclesiásticas - é matéria de inserção no *tempo longo*, proporcionando uma como que invariante simultaneamente urbana,

institucional e simbólica. Ora, esta invariante, ou melhor, a conservação da localização das funções coletivas no mesmo sítio ao longo das gerações (ou mesmo ao longo dos séculos) é a caução maior da própria conservação dessas funções coletivas e das instituições de que dependem, tão importantes para todos e nas quais todos se reconhecem. Consequentemente, a conservação destas localizações ancestrais é mesmo a caução e o símbolo maior da própria perenidade da própria instituição concelhia⁹. Mas a conservação da implantação da velha casa da câmara, num sítio periférico da antiga vila, permitiu ao mesmo tempo que os novos paços do concelho polarizassem, como polarizariam, em articulação com a construção do velho *Tribunal* de fins do século XIX, a expansão urbana da vila numa nova direção, ganhando assim uma nova e actualizadíssima frente urbana, consagrada com o rasgamento da nova avenida - luxo urbano que ganhou o valor representativo de verdadeiro “boulevard” da então progressiva vila, monumentalizado com a presença contígua do complexo tribunal-paços do concelho de um lado e com a igreja nova, edificada no morro fronteiro (de tão difícil modelação e integração urbana), no decorrer do processo de monumentalização que teria um episódio derradeiro já em pleno Estado Novo, com a edificação da monumental *Domus Justitiae* que todos conhecemos.

O outro importante índice de continuidade manifestado na construção dos novos paços do concelho de Lousada está - a ter em conta os dados do projeto de 1913 - no facto de ainda se prever a instalação da cadeia concelhia local no edifício então projetado. Com efeito no “Alçado para a Estrada Distrital N.º 39” lá constam, *devidamente gradeadas*, seis janelas, correspondentes às duas salas do piso térreo contíguas à caixa de escada localizada no vão central do edifício, atrás

⁸ Ver, na presente publicação, Cristiano Cardoso, Pedro Magalhães e Luís Sousa, “Da antiga Casa da Câmara aos novos Paços do Concelho (séc. XVIII/1913-15)”.

⁹ Por isso é tão contestável e tão pernicioso o abandono de casas da câmara históricas, que hoje se verifica em alguns concelhos portugueses. Com efeito, o abandono dos edifícios das velhas e históricas casas da câmara, que seria absolutamente escandaloso e portanto impensável em cidades como Paris, Roma ou Madrid, faz-se nas cidades e vilas portuguesas com a maior leviandade e a maior irresponsabilidade.

referido e localizado. Esta nova e moderna cadeia de Lousada, certamente mais higiénica e salubre que a velha cadeia que vimos estar como que soterrada no piso térreo da velha casa da câmara local, seria, porém, muito inóspita, a ter em conta a sua orientação, a Norte, isto é, desprovida da luz do sol, o que devia tornar a permanência dos presos verdadeiramente penosa, nomeadamente nos longos meses de inverno. Em termos arquitetónicos, porém, o mais importante é considerar que a presença da cadeia no novo edifício mostra uma continuidade tipológica de assinalar. Com efeito, ela correspondia à velha *tipologia arquitetónica casa da câmara*, atrás referida, que quase sempre integrava a cadeia concelhia no respetivo piso térreo, como vimos. Ora em Lousada, esta presença da cadeia no piso térreo dos modernos paços do concelho, projetados em 1913, é tanto mais surpreendente quanto a vila dispunha, desde fins do século XIX, isto é, desde há mais de uma década, de um novo tribunal, já totalmente independente da casa da câmara/paços do concelho. Com efeito, se, por um lado, a construção do novo Tribunal, afastado e totalmente independente do velho edifício concelhio, marcava uma rutura assinalável na velha tradição da arquitetura concelhia portuguesa, por outro, a instalação da cadeia concelhia numa ala do piso térreo dos novos e modernos paços do concelho da vila marcava um recuo imenso, pois remetia para aquela velha tipologia arquitetónica que, como já sabemos, integrava quase sempre a cadeia concelhia no piso térreo da casa da câmara.

Se a localização dos novos paços do concelho e a presença da cadeia concelhia no piso térreo dos mesmos são inegáveis índices de continuidade urbana e de conservadorismo arquitetónico, os diferentes desenhos das suas fachadas proporcionam, porém, evidentes sinais de modernização estilística e de atualização de gosto. Assim, o desenho e a composição global da fachada do atual Largo do Pelourinho e da das duas fachadas laterais contíguas, na sua estrita lógica funcional e na sua relativa segura expressiva, correspondem a uma importante família arquitetónica utilitária, funcionalista e

suficientemente despojada, de óbvia filiação pós-clássica, que foi ensaiada e utilizada profusamente nas diversas formas de arquitetura tardo-oitocentista escolar, assistencial, hospitalar e até prisional. Com efeito, estas austeras mas tão racionais fachadas dos novos paços do concelho de Lousada decorrem diretamente de fachadas em tudo semelhantes que encontramos em escolas, asilos, hospitais, penitenciárias e até estações de caminhos de ferro, erguidas um pouco por todo o lado, no contexto da afirmação progressiva e mesmo triunfante de uma arquitetura funcionalista, racional e quase pré-minimalista, de uso privilegiado em contexto urbano e industrializado, a partir das últimas décadas do século XIX. Diga-se ainda que o sucesso desta linguagem arquitetónica, tão rígida e quase monótona, em vias de afinação e de normalização ao serviço das formas e tipologias arquitetónicas que acabámos de recensear, mede-se ainda pelo seu uso muito intenso na arquitetura residencial da época. Com efeito, fachadas semelhantes a estas encontram-se muito abundantemente por todo o país, em prédios de rendimento e casas unifamiliares construídas nas décadas que precedem e sobretudo nas que se sucedem ao 5 de Outubro. Por isso, a métrica densa e cerrada, algo rígida e fria, registada no desenho e na composição arquitetónica das três maiores fachadas dos paços do concelho de Lousada, acabadas de analisar, proporcionava um evidente fator de aproximação, de identificação e mesmo de adesão de moradores e visitantes à linguagem arquitetónica patente naquelas fachadas do novíssimo edifício.

Ora, face a estas três fachadas, tão previsíveis quanto racionais e eficientes (o que justificou o sucesso inegável da respetiva linguagem arquitetónica) – a fachada principal tem um desenho e atém-se a modelos compositivos totalmente diferentes. Com efeito, dificilmente se poderiam integrar elementos mais díspares e mais enfaticamente expressivos numa fachada tão pequena. Aparentemente, a composição tripartida da fachada – pano murário-cornija-ático, remeteria imediatamente para as pequeninas casas unifamiliares dos arrabaldes das grandes

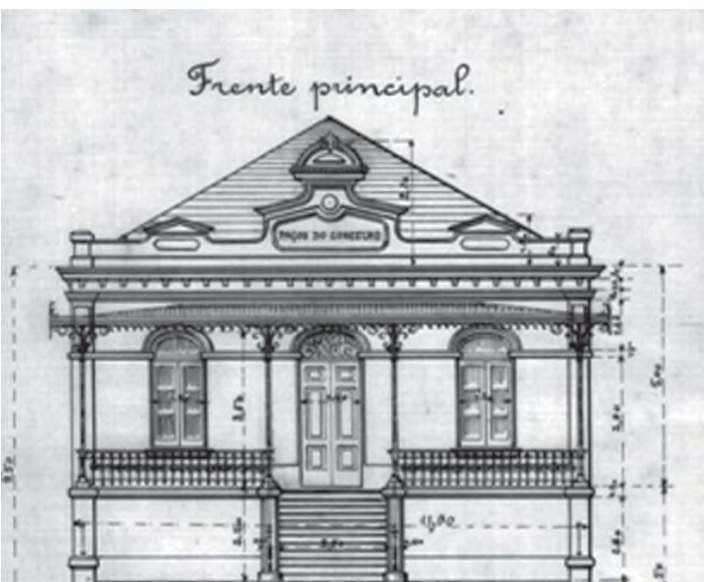


Figura 13. “Frente principal”; projeto dos novos paços do Concelho de Lousada, prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; pormenor.

idades, sedentas de dignificação arquitetónica e de alguma individualidade construtiva, estética ou estilística que, aos olhos de proprietários, vizinhos e passantes, as distinguísse das casas contíguas. Esta vontade de individualização, tão própria das sensibilidades românticas e tardo-românticas – e que está na base do sucesso da busca intensiva de singularidade, de expressividade e de pitoresco a todo o custo, que tanto e tão bem caracterizam tanta da arquitetura residencial (e não residencial) de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, encontra-se bem patente na fachada principal dos paços do concelho de Lousada. Com efeito, fachadas de apenas um andar, abrigando um jogo previsível de três aberturas – porta e duas janelas – organizadas simetricamente encontravam-se por toda a parte e permitiam, na sua singeleza radical de base, as mais diversas modelações arquitetónicas, compositivas e decorativas – sempre ao serviço e de acordo com os recursos financeiros, os desígnios culturais e os caprichos decorativos e representativos dos respetivos encomendantes, proprietários e “arrematantes”. Diga-se que na fachada que vimos analisando, manifestam-se particularmente nos

lintéis da porta e das janelas, caprichosa e algo petulantemente resolvidos pelo recurso a arcos abatidos de curvatura acentuada, absolutamente dispensáveis, bem como na presença da varanda e no desenho da escadaria e das respetivas grades de ferro.

A fachada principal dos paços do concelho de Lousada participa de pleno direito no jogo da afirmação individualista e até sentimentalista que estas fachadas permitiam e efetivamente assumiam. Nesse jogo entra naturalmente o projetado alpendre apostado à fachada, bem como o terreiro fronteiro, ajardinado ou não, mas delimitado por uma vedação. Ora quer o desenho das fachadas quer o dos alpendres, quer o das grades de varandas e escadarias, quer o das próprias vedações dos espaços fronteiros às fachadas – bem como a própria opção pelos materiais de construção a usar – proporcionam indicadores excelentes da “temperatura” cultural e artística local e regional, que há que auscultar e saber auscultar. Com efeito, estas pequeninas fachadas – no grupo das quais se integra a que vimos analisando – depressa proporcionariam um autêntico e exaustivo catálogo dos gostos arquitetónicos e decorativos dominantes e, por essa via, constituem um excelente observatório do pulsar cultural das classes médias urbanas nas épocas da propaganda e da experiência governativa republicana.

A fachada dos paços do concelho de Lousada conta ainda com um outro elemento a considerar: o corpo que remata e coroa a respetiva frontaria e que proporciona uma espécie de *entablamento* monumental e superdimensionado [Fig.14]. Com efeito, o seu desenho complexo, a sua composição arquitetónica tão aparatosa e enfática, a natureza das suas diversas componentes e sobretudo a linguagem utilizada contribuem para fazer desta tão singular fachada, apesar da sua pequena escala, um corpo arquitetónico muito raro e singular, profundamente dissonante no contexto da arquitetura local e regional. Os modelos estilísticos para tão inesperado entablamento estão muito longe das tradições portuguesas, presentes nas mais comuns fachadas das casas



Figura 14. Fotografia atual do “Centro da platibanda” da fachada principal dos paços do Concelho de Lousada do projeto dos novos paços do Concelho de Lousada

unifamiliares urbanas da época. Já atrás vimos que a respetiva fonte tem que se buscar na estética académica da *École des Beaux-Arts* e, dentro desta, nas suas ramificações e florescências mais tardias, de austera matriz classicizante, que tanto decorrem da arquitetura monumental do próprio Império Romano, como da do Renascimento.

Deve notar-se que esta última variante arquitetónica, a que designaremos de *Neo-Renascença*, subitamente austera e viril, sucedia e constituía a severa resposta histórica ao barroquismo florido e decorativamente exuberante da arquitetura dominante na época do *II Império* francês, que acabara tragicamente, nos escombros e nas barricadas provocados pelas traumatizantes experiências da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e da Comuna de Paris (1871). Com efeito, a variante arquitetónica Neo-Renascença, com a severidade que impôs às composições das fachadas, com o regresso aos elementos arquitetónicos mais essenciais e mais puros, com o apelo à ordem e ao decoro na sua respetiva articulação, com a sobriedade dos seus motivos decorativos, sempre contida e sabiamente utilizados, proporciona uma *resposta* austera e viril à exuberância e ao triunfalismo da arquitetura burguesa oitocentista de inspiração e de modulação neo-barroca e que proporcionara a

face mais universalmente reconhecida e emulada de uma estética “Beaux-Arts” de origem francesa - e parisiense, em particular. Por isso, facilmente se percebe que a nova variante estilística Neo-Renascença corresponda íntima e plenamente à nova ordem política francesa, marcada pela restauração do regime republicano, que em França deu origem ao ciclo da *III República*. Esta, no seu radicalismo político, no seu racionalismo positivista, no seu visionarismo idealista, no seu laicismo militante e na sua pulsão algo jacobina ao serviço de aguerridos combates, já não se podia rever numa estética que privilegiava a monumentalidade e a opulência de uma arquitetura frívola e saturada de ornatos e de acidentes decorativos. A *III República* – e com ela, toda a compósita e heteróclita família republicana internacional - reconhecia-se em modelos culturais, urbanísticos e arquitetónicos novos ou, pelo menos, mais independentes da pulsão neo-barroca que fizera a glória da arquitetura francesa do período histórico precedente.

À nova arquitetura, ou melhor à arquitetura ao serviço da República e das suas instituições, exigia-se agora, como se exigira em certos momentos históricos anteriores – o decoro, a dignidade e a monumentalidade, enquanto categorias inerentes à dignidade dos grandes

desígnios políticos, sociais e culturais de matriz republicana. Por isso a nova linguagem arquitetónica, de sinal Neo-Renascença, austera, viril, densa e sóbria, proporcionou a resposta estilística mais eficaz para as formas e as tipologias construtivas institucionais. Assim emerge uma típica família arquitetónica a que, a justo título e com toda a propriedade, poderemos chamar de *republicana* ou *para-republicana*. Com efeito, nascida e difundida em França, na École des Beaux-Arts, sob o signo da *III République* francesa, esta é a linguagem que passamos a encontrar preferencialmente nas novas construções monumentais: edifícios públicos de toda a natureza, palácios institucionais, bibliotecas, museus, teatros, bancos e mesmo em mercados cobertos e estações ferroviárias.

Ora, se as instituições republicanas procuravam um suplemento de autenticidade e de dignidade numa linguagem arquitetónica compatível, tal não se passava com os encomendantes particulares que dispensavam naturalmente a retórica austera e institucional da *arquitetura republicana* para as suas casas ou para os seus prédios de rendimento. Assim, a nova linguagem arquitetónica, quer era desadequada para a arquitetura residencial, fosse qual fosse a tipologia das casas de habitação a construir, é, porém, particularmente apta para abrigar as instituições oficiais e – à cabeça delas, e antes de mais, a própria casa do concelho. Daí a singularidade e a importância histórica do edifício dos paços do concelho de Lousada e em particular a da sua fabulosa fachada principal. Apesar das suas pequenas dimensões e apesar da sua pequena escala, a sua portentosa fachada principal é um indicador certo de uma sincera e generosa vontade, sentida e vivida localmente, de erguer ou de contribuir para erguer uma nova ordem, um novo sistema e mesmo um novo regime, radicalmente laico e cívico, ao serviço da sagrada utopia de sempre: a do bom serviço

à *res publica* pela via da realização bem terrena e pragmática do bom governo da “cidade” e do bem comum de todos.

Canto do cisne de uma muito longa e gloriosa tradição arquitetónica, que provinha do Renascimento florentino do *Quattrocento*, a *arquitetura da República* – tão modelarmente patente na fachada principal dos paços do concelho de Lousada – chega até nós com toda a sua força viril, com a sua plasticidade digna e com o seu encanto austero. Contemporânea da emergência da grande rutura modernista, tem que se dizer que aquela singular família estilística da história da arquitetura ocidental, apesar da sua magnífica capacidade de se modelar ao serviço de tipologias diversas, foi esquecida, primeiro, e depois, foi vítima de uma desvalorização evidente, provocada pelo desconhecimento e pelo preconceito cultural e ideológico. Baixada a “temperatura” provocada pela emergência do Modernismo, é tempo de reconsiderarmos os velhos juízos e sobretudo o de reavaliarmos um património arquitetónico de valor inapreciável mas, afinal, desconhecido. Enfim, construídos bem no início da I República, os paços do concelho de Lousada são o edifício que, por todos os motivos, melhor expressa os desígnios culturais, estéticos e simbólicos das autoridades concelhias que os mandaram construir, que dele se serviram e se servem e que nele puseram o melhor dos seus recursos financeiros e o melhor e mais progressivo – e mais “progressista” – dos modelos arquitetónicos disponíveis. Por isso, embora hoje algo afogada pela escala monumental da escadaria neo-barroca edificada na sua frente em tempos recentes, a verdade é que a fachada dos paços do concelho de Lousada, projetada em 1913, constituiu um dos mais belos e mais consistentes exemplos portugueses de uma arquitetura institucional integralmente modelada pelos valores laicos e cívicos que inspiraram o melhor da tradição republicana portuguesa.

Bibliografia

Fontes e manuscritos

“Ata da Eleição das pessoas que devem compor a Lista tríplice para escolha de Administrador do Concelho de Lousada”, Lousada, 29-5-1836, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

Ata das eleições realizadas “na Casa e Paços da Câmara deste Concelho de Meinedo”, Meinedo, 6-2-1836, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

“Ata do apuramento dos votos dos dois círculos de Silvares e Sanfins do Douro na eleição do Administrador deste Concelho de Lousada” Lousada, 16-12-1838, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

Representação da Câmara do Concelho de Lousada pedindo “para a Vila do Torrão, cabeça do Concelho, o título de Vila de Lousada”, Lousada, 22-1-1842, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1992/Q (Caixa 3).

Cópia do Ofício do Administrador do Concelho de Lousada ao Administrador Geral Interino do Distrito do Porto (de Lousada, 16-3-1842), enviando a este último a Representação da Câmara, cujos argumentos apoia, considerando que “a grande povoação do Torrão [...] parece estar nas circunstâncias de ser elevada à categoria de Vila de Lousada”; Porto, 29-3-1842, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1992/Q (Caixa 3).

Ofício do Administrador Geral do Distrito do Porto dirigido ao Ministro do Reino, António Bernardo da Costa Cabral, considerando “atendível a representação da Câmara [de Lousada] por ter sido concedida já igual graça a outras povoações menos importantes do que a do Torrão”, Porto, 29-5-1842 in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1992/Q (Caixa 3).

“Edifício atual dos Paços do Concelho de Lousada”, planta datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; imagem cedida pelo Dr. Cristiano Cardoso.

Alçados do edifício dos novos paços do concelho de Lousada, integrando “Alçado lateral Sul”, “Frente principal”, “Alçado para a Estrada Distrital N.º 39” e “Alçado para a R. de S.to António”, prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; imagem cedida pelo Dr. Cristiano Cardoso.

Cortes e pormenores do edifício dos novos paços do concelho de Lousada, integrando nomeadamente um “Corte longitudinal” e um “Corte transversal” do edifício e ainda pormenores com o “Tipo da cornija, platibanda e telhado (lado da frente), com o “Centro lateral da platibanda”, com o “Tipo da porta da frente”, com o “Tipo das janelas laterais e posteriores” e com o “Centro da platibanda”, cada um destes com o respetivo “Alçado” e “Corte”. A prancha integra finalmente o desenho com o “Tipo da vedação”, com um “Alçado da frente” e um “Alçado lateral; prancha datada do Porto, 20/1.º[?]/913 e assinada A. Sanches, in Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto; cota desconhecida; imagem cedida pelo Dr. Cristiano Cardoso.

